

PEC 32: ISSO NÃO É REFORMA, MAS A DESTRUIÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO!

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, de 2020, conhecida como Reforma Administrativa do ex-ministro Paulo Guedes e do ex-presidente Bolsonaro, voltou à pauta da Câmara dos Deputados com a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para debater o tema. Entidades representativas dos servidores federais, estaduais e municipais são unânimes em alertar: não se trata de uma reforma administrativa, é a demolição dos serviços públicos brasileiros!

ATENÇÃO: Servidora e Servidor de Santo André!

Entenda porque a PEC-32 não é reforma administrativa, mas sim a destruição do emprego e do serviço público:

ENFRAQUECIMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

1 Energia, saneamento, educação, saúde entre outros serão precarizados. A reforma tende a piorar as condições de trabalho dos servidores, com sobrecarga para os que ficarem. Com isso, a gente vai ter uma redução na qualidade do serviço público.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

2 A PEC 32 acaba com os aumentos de salários ou de benefícios com pagamento retroativo e proíbe a redução da carga horária sem redução proporcional do salário.

FIM DOS BIÊNIOS E LICENÇA PRÊMIO

3 Não haverá a progressão funcional baseada no tempo de serviço. Estão de fora dessa regra: políticos, juízes, promotores e militares.

SERVIDORES DESVALORIZADOS

4 Ao contrário do que afirmam os deputados do GT, a Reforma Administrativa vai prejudicar os atuais e os futuros servidores municipais, estaduais e Federal. Estudo do Dieese aponta que essa PEC32 abre brechas que podem incluir alterações em normas abaixo da Constituição, confrontando a ideia de direitos adquiridos.

FIM DA ESTABILIDADE

5 Abrirá espaço para a corrupção e o compadrio, com indicações políticas em espaços que deveriam ser técnicos. A estabilidade do servidor público é necessária para garantir o bom funcionamento do serviço em prol de toda a sociedade e que seja livre de interferências indevidas.

MENOS CONCURSOS PÚBLICOS

6

Sem CONCURSO PÚBLICO, os gestores irão usar e abusar da “terceirização” e das indicações políticas para a ocupação de cargos no serviço público (cabos eleitorais ou puxa sacos).

A FARSA DO COMBATE AOS PRIVILÉGIOS

7

Juízes que recebem R\$ 66 mil e políticos com 14º e 15º salários estão de fora dessa reforma. Cerca de 70% dos servidores de Santo André ganham menos de R\$ 3 mil. Nós, que cuidamos da cidade, seremos penalizados!

SERVIÇOS PÚBLICOS PIORES

8

Essa Reforma é na realidade a privatização dos serviços públicos, que hoje são gratuitos e atendem a todos no país. O setor privado é quem dominará os atendimentos e só quem tem dinheiro conseguirá usufruir.

PEC 66: REPÚDIO AO CALOTE DOS PRECATÓRIOS

Infelizmente, por 367 votos a favor e 97 contra, a Câmara dos Deputados aprovou, no dia 15 de julho, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 66), idealizada por prefeitos, que limita e dificulta o pagamento de precatórios. Com essa medida, estados e municípios poderão parcelar débitos em até 300 vezes – ou seja, por até 25 anos.

Essa regra beneficia municípios maus pagadores e prejudica os servidores, que há anos lutam na Justiça para receber o que lhes é de direito. Santo André deve R\$ 1,44 bilhão em precatórios – dívidas que o poder público é obrigado a pagar por ordem judicial.

• REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Por outro lado, a pressão nas redes sociais dos deputados federais, com ajuda de muitos servidores e de parlamentares que estão do nosso lado, conseguiu retirar da nefasta PEC 66 a Emenda 5, que autorizava estados e municípios a fazerem Reformas da Previdência.

Em Santo André, o governo anterior fez uma reforma, em 2021 em plena pandemia, impondo aos servidores regras e critérios mais duros para se aposentar. Se essa emenda fosse aprovada, nada impediria a atual gestão de realizar uma nova reforma, que poderia reduzir ainda mais os benefícios e precarizar a vida dos servidores aposentados.

• MOBILIZAÇÃO CONTINUA

A PEC 66 agora segue para o Senado, onde ainda existe o risco de tentarem incluir a Emenda 5 no texto. Por isso, precisamos manter a mobilização! Vamos continuar a pressão nas redes sociais dos deputados federais para que arquivem de vez a nefasta PEC 32.